

A cegueira moral da proposta de reforma da previdência de Temer

Gustavo Teixeira Ramos¹

Na obra “A cegueira moral”, Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis alertam sobre a perda do sentido de comunidade num mundo que estimula, a todo tempo, a cultura do individualismo. O seguinte trecho da obra merece destaque:

“Quando empregamos o conceito de ‘insensibilidade moral’ para denotar algum tipo de comportamento empedernido, desumano e implacável, ou apenas uma postura imperturbável e indiferente, assumida e manifestada em relação aos problemas e atribuições de outras pessoas (o tipo de postura exemplificado pelo gesto de Pôncio Pilatos ao ‘lavar as mãos’), usamos a ‘insensibilidade’ como metáfora; [...] A função da dor, de servir de alerta, advertência e profilaxia, tende a ser quase esquecida quando a noção de ‘insensibilidade’ é transferida dos fenômenos orgânicos e corpóreos para o universo das relações inter-humanas, e assim conectada ao qualificativo ‘moral’. A não percepção dos primeiros sinais de que algo pode dar ou já está dando errado com nossa capacidade de conviver e com a viabilidade da comunidade humana, e que, se nada for feito, as coisas poderão piorar, significa que o perigo saiu de nossa vista e tem sido subestimado por tempo suficiente para desabilitar as interações humanas como fatores potenciais de autodefesa comunal – tornando-as superficiais, frágeis e fissíparas”².

E mais adiante:

“Com a negligência moral crescendo em alcance e intensidade, a demanda por analgésicos aumenta, e o consumo de tranquilizantes morais se transforma em vício. Portanto, a insensibilidade moral induzida e maquinada tende a se transformar numa compulsão ou numa ‘segunda natureza’, uma condição permanente e quase universal [...] Com a dor moral sufocada antes de se tornar insuportável e preocupante, a rede de vínculos humanos composta de fios morais se torna cada vez mais débil e frágil, vindo a se esgarçar. Com cidadãos treinados a buscar a salvação de seus contratempos e a solução de seus problemas nos mercados de consumo, a política pode (ou é estimulada, pressionada e, em última instância, coagida a interpelar seus súditos como cidadãos; e a redefinir o primeiro lugar, e só muito depois como cidadãos; e a redefinir o ardor consumista como virtude cívica, e a atividade de consumo como a realização da principal tarefa de um cidadão”³.

¹ Graduado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Pós-graduado em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade Mackenzie. Advogado especializado na defesa de direitos sociais, com atuação predominante no âmbito dos tribunais superiores em Brasília. Sócio-diretor do escritório Roberto Caldas, Mauro Menezes & Advogados.

² BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014, p. 20-22.

³ *Ibidem*, p. 24.

O alerta é significativo. Sob idêntico prisma, Achille Mbembe⁴ assertivamente declarou ao *Mail & Guardian* que “**A era do humanismo está terminando**”⁵.

Segundo observa o arguto historiador e cientista político, a difamação de virtudes como o cuidado, a compaixão e a generosidade vai de mãos dadas com a crença de que ganhar é a única coisa que importa, por qualquer meio necessário. Para ele, o *apartheid*, sob diversas formulações (ultranacionalismo, sexismo, rivalidade étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia), será restaurado, abrindo caminho para novos impulsos separatistas, para a construção de mais muros, para a militarização das fronteiras dos países, para formas mortais de policiamento, para guerras mais assimétricas, para alianças quebradas e para inúmeras divisões internas, inclusive em democracias estabelecidas.

Nada disto, porém, é acidental, alerta Mbembe. Cuida-se de um sintoma de mudanças estruturais, que se farão cada vez mais evidentes à medida que o novo século se desenrolar. O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações, diz ele, mas sim entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo⁶. A crescente bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização. Apoiado pelo poder tecnológico e militar, o capital financeiro conseguiu sua hegemonia sobre o mundo mediante a anexação do núcleo dos desejos humanos e, no processo, transformando-se ele mesmo na primeira teologia secular global. Em seu núcleo, a democracia liberal não é compatível com a lógica interna do capitalismo financeiro. Daí porque a noção humanística e iluminista do sujeito racional capaz de deliberação e escolha será substituída pela do consumidor conscientemente deliberante e eleitor. Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia⁷.

É inegável que a desigualdade social em todo o mundo está num processo de metástase, cujo catalizador é a gradual substituição do Estado Democrático de Direito, num contexto de nova crise global do capitalismo. Este, sob o modelo neoliberal instituído na década de 80, não encontra limites de exploração da humanidade, acentuando-a sempre em tempos de queda na rentabilidade do capital especulativo.

Nesse cenário, é possível concluir que a crise da democracia pode ser explicada, em grande parte, pelo colapso da confiança no sistema vigente pela

⁴ Historiador, cientista político e professor. Atualmente ensina no *Wits Institute for Social and Economic Research* (Universidade Witwatersrand, África do Sul).

⁵ O artigo foi publicado originalmente em inglês, no dia 22-12-2016, no sítio do *Mail & Guardian*, da África do Sul, sob o título “*The age of humanism is ending*”. Tradução livre.

⁶ Nihilismo pode ser compreendido como ponto de vista que considera que as crenças e os valores tradicionais são infundados e que não há qualquer sentido ou utilidade na existência (<https://www.dicio.com.br/nihilismo/>).

⁷ *Ibidem*.

crença de que os líderes políticos não são só corruptos ou estúpidos, mas também incapazes, como analisa Zygmunt Bauman em entrevista concedida ao periódico *El País* em 8/1/2016⁸. As pessoas já não acreditam no sistema democrático porque ele não cumpre suas promessas.⁹

Trump e Temer têm em comum algo além do preconceito racial, social e de gênero. Ambos pretendem construir muros em seus países. Muros são certamente objetos físicos imponentes, porém, como seu papel no discurso político deixa claro, eles também são coisas da mente, como observa o professor Costica Bradatan:

Muros são construídos não para nossa segurança, mas para nos dar uma sensação de segurança. A distinção é importante pois aqueles que participam da comissão para sua construção estão bem cientes deste saber e deste detalhe. O que um muro satisfaz não é tanto uma necessidade material como mental. (...) Desta forma, eles são construídos não para aqueles que vivem fora deles, ameaçando-os, mas para aqueles que habitam dentro deles, numa separação. Em certo sentido, então, o que é construído não é um muro, mas um estado de espírito.¹⁰

Se muros traduzem estado de espírito, eles representam, inegavelmente, um estado de espírito insensível ao outro ser humano, segundo conceito de Bauman. Ou um estado de espírito anti-humanista, na linha de Achille Mbembe.

Um estado de espírito insensível às abissais desigualdades sociais e condições de vida de uma pequena elite e da grande maioria dos trabalhadores brasileiros preside, certamente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016 (PEC nº 287), intitulada PEC da Reforma da Previdência, proposta pelo atual ocupante do Palácio do Planalto.

Para chegar a esta conclusão, não é necessário ingressar na discussão sobre a verdade ou não do alegado *déficit* da previdência social brasileira ou do prognóstico futuro decorrente da queda na taxa de fecundidade da população brasileira¹¹, a despeito de a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

⁸ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/550727-zygmunt-bauman-as-redes-sociais-sao-uma-armadilha>. Acesso em 2.2.2017.

⁹ BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014, p. 20-22.

¹⁰ Artigo originalmente publicado no *New York Times*, em inglês, em 27 de dezembro de 2011, sob o título “*A psicologia de fronteiras e barreiras: escalando o muro na cabeça*”. Tradução livre.

¹¹ Série histórica disponível no site do IBGE mostra que, nos últimos 15 anos, a taxa de fecundidade apresenta queda constante. Em 2015, somando as crianças de 0 a 14 anos e os idosos com mais de 60 anos, o país tinha 1,93 brasileiro ativo para cada inativo. Projetou-se que, em 2050, o número tende a cair para 1,37 ativo para cada inativo, numa retração de quase 30%.

Federal do Brasil reiterarem, insistentemente¹², a falsidade da alegação de *déficit*, seja pelo fato de o governo desconsiderar, nos números divulgados, a arrecadação total do sistema de seguridade social, seja por omitir a existência de um instituto, criado pela Emenda Constitucional nº 27/2000¹³, intitulado Desvinculação de Receitas da União - DRU¹⁴, que sangra as receitas da previdência todos os anos, desde 2000, em 20%, seja em função das altíssimas isenções fiscais concedidas a empresas, que tornariam o *superávit* do sistema de seguridade brasileiro ainda maior.

Basta observar que a PEC 287/2016, ao estabelecer o limite de idade de 65 anos, expelirá do sistema cerca de 25% dos aposentáveis¹⁵, já que quase 1/3 dos brasileiros e 1/6 das brasileiras não chegou aos 65 anos em 2014, e cerca de 19 municípios brasileiros, todos do Nordeste, não alcançam esta expectativa de vida atualmente.

Basta notar que a PEC 287/2016 praticamente extinguirá o pagamento de aposentadorias pelo valor integral, já que, para recebê-la, os trabalhadores brasileiros terão que trabalhar quase o mesmo número de anos que os de sua expectativa média de vida. Assim, por exemplo, um jovem de 25 anos, recém egresso da Universidade, terá que trabalhar até os 74 anos se quiser receber sua aposentadoria integral. Se quiser se aposentar com proventos integrais aos 65 anos, terá que começar a trabalhar aos 16.

Basta reparar que a PEC 287/2016 igualará desiguais, em prejuízo às mulheres, ao retirar-lhes o benefício atual da redução de 5 anos para a aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, desprezando sua história de desprestígio na sociedade em função do gênero, bem como em prejuízo àqueles que se submetem a condições especiais de trabalho, sob risco à saúde e à vida.

São apenas alguns exemplos, mas suficientes para que se perceba que a PEC 287/2016, na prática, desestruturará o modelo de proteção social instituído pela Constituição de 1988 com a finalidade de valorizar o trabalhador brasileiro.

A PEC 287/2016 é parte de uma política que visa à transferência de recursos do setor público para o setor privado, a revelar que a Reforma da Previdência de Temer aponta para a mesma direção da Emenda Constitucional nº

¹² Disponível em: <http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/06/a-dru-e-o-falso-deficit-da-previdencia-social/>.

¹³ Sob o comando das presidências da Câmara, pelo então deputado Michel Temer, e do Senado, pelo então senador Antônio Carlos Magalhães.

¹⁴ A DRU autoriza a desvinculação das receitas da previdência social, permitindo ao governo usar parte dos recursos da previdência social (hoje em 20%, mas a PEC 87/2015 quer elevar para 30%) para fins diversos daqueles para os quais foram criadas as contribuições. Bastaria a supressão da DRU, frise-se, não prevista pela Constituição de 1988, para pôr abaixo qualquer discussão de *déficit* do sistema previdenciário brasileiro.

¹⁵ Vale ressaltar que quase a metade dos trabalhadores brasileiros encontra-se na informalidade e, portanto, não se beneficia do sistema de previdência social.

95/2016, que impõe um teto para os gastos públicos sociais por um período de 20 anos, e da Medida Provisória 746/2016, que pretende ampliar os espaços do setor privado na educação básica brasileira.

Inegavelmente a derrubada do sistema previdenciário público de repartição (baseado no pacto de gerações), na ânsia de alinhamento às imposições do mercado financeiro, terá como consequência imediata a transferência de grande parte das poupanças dos trabalhadores brasileiros para o setor privado (previdência complementar instituída pelos bancos), em prol do rentismo, já que grande parte dos recursos serão aplicados na bolsa de valores, e não em atividades empresariais produtivas que gerariam empregos.

Reformas semelhantes foram feitas em diversos países da América do Sul ao longo da década de 90 (Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai e Bolívia), tendo sido a reforma do Chile no início dos anos 80 (sob a ditadura de Pinochet) o paradigma de todas elas, visando à privatização total ou parcial do sistema previdenciário do país.

Sucede que tais medidas, além de expulsarem do sistema público de previdência milhões de trabalhadores, realidade evidenciada nos países vizinhos, ao fim e ao cabo, não garantem a previdência na iniciativa privada, especialmente se o padrão de renda do trabalhador for baixo, já que assim não conseguirá economizar, retirando-o, então, de um sistema de proteção constitucional que visou estimular a cultura do trabalho no país.

De fato, a PEC 287/2017 pretende alterar cláusula pétrea da Constituição de 1988, vinculada ao sistema de seguridade, como se os parlamentares que atualmente compõem o Congresso Nacional tivessem sido eleitos para o fim de promover modificações típicas de Assembleia Nacional Constituinte. E o que é pior, a partir da iniciativa de um governante que não obteve votos diretos para exercer a Presidência da República e cujos índices de rejeição popular são altíssimos.

Também nos Estados Unidos as notícias dão conta de que o sistema de pensões americano ameaça a aposentadoria dos trabalhadores. Segundo a diretora-executiva do Instituto Nacional de Segurança na Aposentadoria, os índices de pobreza entre os mais velhos nos Estados Unidos crescerão acentuadamente nos próximos anos, causando deslocamento social. E isso se deve ao desmonte do sistema público de previdência naquele país aliado à baixa renda de muitos trabalhadores, que não lhes permite poupar para aderir a um sistema de previdência privado. Eis a notícia:

“Os números são severos. De acordo com o Instituto Nacional de Segurança na Aposentadoria dos EUA, quase 40 milhões de domicílios com pessoas em idade de trabalho – ou seja – 45% do total – não tinham qualquer conta de aposentadoria em 2013, nem o plano 401 (plano

individual de contribuição definida) patrocinado por um empregador nem uma conta de previdência privada de aposentadoria individual.

(...) dada a importância da Previdência Social para os aposentados mais pobres, é mais importante reforçar os recursos do programa do que os reduzir, a fim de prevenir um amplo empobrecimento da população mais velha, argumentou o Instituto Nacional da Segurança na Aposentadoria em um relatório lançado este ano”.¹⁶

Por todo o contexto, está claro que o modelo proposto pela PEC 287/2017 não visa equilibrar as contas públicas ou garantir a existência futura do sistema de previdência público brasileiro, ainda que em piores condições. Tal modelo visa apenas agradar, provisoriamente, o capital especulativo em tempos de crise financeira, ainda que a consequência principal seja deixar um longo rastro de idosos e inválidos sem qualquer assistência do Estado num futuro próximo.

Como admitir uma tal virada de rumo, mercê dos desígnios de umas poucas empresas, de rentistas e de economistas pagos pela grande mídia nacional, se a Constituição Cidadã de 1988, consoante seu preâmbulo, cuidou de instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos?

O estado de imprevidência social que a PEC 287/2017 instituirá, se nada for feito, excluirá, num futuro próximo, muitos brasileiros do direito humano fundamental à previdência, além de mitigar, em grande medida, uma das principais políticas de distribuição de renda num país tão desigual economicamente como o nosso.

Que a classe trabalhadora brasileira (de ontem e de hoje) tenha ânimo para se unir, resgatando o sentido de comunidade tão perdido no mundo individualista atual, bradando em greves e manifestações, ao longo de todo o país, para impedir que a PEC 287/2017, fruto de inegável cegueira moral, efetue o desmonte do sistema público de previdência no Brasil.

¹⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1815860-sistema-de-pensoes-nos-eua-ameaca-aposentadoria-de-americanos.shtml>. Acesso em 3/2/2017.